

Educação dos policiais preocupa o Estado desde o início do século

O GLOBO

22 SET, 1986

Em 1903, o Chefe da Polícia do Rio, Antônio Augusto Cardoso de Castro, manifestava em relatório sua preocupação com a educação profissional dos policiais e com "a ameaça da reprodução de valores como a prepotência e o arbítrio". O atual Secretário da Polícia Civil, Nilo Batista, tem a mesma inquietação e já se determinou a "correr atrás do caráter preventivo da Polícia" da virada do século.

Para isso ele pretende reformular o curso de formação do policial, aproveitando um trabalho elaborado por pesquisadores da PUC-RJ sobre a história da corporação no período: entre 1831 e 1930, época em que sua função característica era nitidamente preventiva.

O trabalho — publicado em três volumes — será introduzido no curso da Academia de Polícia. Segundo Nilo Batista, o policial deve conhecer a história da instituição a que serve para redescobrir sua função em uma sociedade aberta e democrática. Ele quer resgatar também a concepção do inspetor de quarteirão, amplamente difundida no Império, e estabelecer um diálogo permanente da Polícia com a comunidade.

— Os guardas do Império eram encarregados de vigiar uma área restrita. Isso pressupõe uma relação mais personalizada com a

comunidade a que servem — diz Nilo Batista.

Em 1906, a população do Rio, mostra o censo, era de 810.943 habitantes. Segundo o estudo, quanto mais complexa tornava-se a sociedade carioca — com a recente abolição da escravidão e a proclamação da República —, mais a força policial as-

Em 1913 a imagem do policial sofria um desgaste e os agentes, mal pagos, aceitavam propostas feitas por conhecidos ladrões, diz o estudo

sumia um caráter profissional e militar, para fazer frente às exigências de um mercado de trabalho transformado pelo processo de transição para o capitalismo. O Governo dava destaque à questão da criminalidade na cidade e a Polícia assumiu papel importante como instrumento técnico na ordenação da vida social e no combate à violência.

Ao mesmo tempo, a imagem do policial sofria um processo de desgaste. Mal remunerados, os agentes policiais eram admitidos na corporação "pela força dos pistoleiros", conforme reconheceu em 1913 o professor da Escola de Polícia Elysio de Carvalho, e "forçados a aceitar propostas de alguns ladrões conhecidos".

A solução exigia reformas na organização policial, que vieram a ocorrer

nas primeiras décadas deste século. O decreto 6.440, de 1907, instituiu, entre outras medidas, o Serviço Médico Legal e o Gabinete de Identificação e Estatística, que deveria registrar "traços característicos, sinais, cicatrizes e anomalias" que pudessem distinguir o "mau cidadão". Foi criado

também o Gabinete de Investigações e Capturas, com a adoção do retrato-falado, e instituída a Polícia de carreira.

As sucessivas reformas que comporiam a "moderna polícia" levaram à criação, em 1912, da Escola de Polícia. O crime, segundo o discurso policial do início do século, tornara-se "intelectual, fraudulento e associativo". Por isso, a Polícia teria que ser uma organização capaz, "não inferior ao malfetor". Por isso, era necessário que a instituição fosse composta de "elementos capazes, idôneos em técnica e moralidade e com preparo para se tornarem investigadores modernos".

A historiografia da Polícia foi elaborada em dois anos, segundo explica uma das pesquisadoras do Departamento de História da

PUC-RJ, professora Berenice Cavalcante, e descrita nos volumes "A Polícia na Corte e no Distrito Federal", "A Polícia e a Força Policial no Rio de Janeiro" e "A Guarda Nacional". Berenice Cavalcante, que foi convidada por Nilo Batista a dar um curso na Academia de Polícia, compara a determinação do atual Secretário de Polícia Civil à ordem social no início do século: nos dois momentos se verifica a necessidade de reformular a concepção da Polícia e a atuação do policial. O Secretário lamenta a perda do caráter preventivo da instituição, mas acredita que é possível recuperá-lo.

O Secretário admite que o trabalho não aborda a atuação da Polícia no Estado Novo e durante o Governo militar — na sua opinião, duas fases em que a instituição exerceu "seu poder repressivo e arbitrário". Segundo Berenice Cavalcante, o estudo se propôs a enfocar apenas o Império e a primeira fase da República. Nilo Batista pretende, contudo, erradicar qualquer vestígio do autoritarismo da Secretaria que dirige há um mês e meio: segundo um assessor, até o fim de sua gestão ele retira o nome de Filinto Müller — o Chefe de Polícia do Distrito Federal durante o Estado Novo — do hospital oficial da Polícia Civil.